
Fundamentos Históricos da Autogestão Social no Pensamento de Fourier e Owen*

Everton Werneck de Almeida**



Segundo Bourdet e Guillerm, o termo “autogestão” passou a ser empregado somente nos anos 1950, muito embora variadas ideias e práticas de coletivização e democracia no trabalho fossem disseminadas desde o século XIX (NAHAS, 2011). Todavia, o que viria a ser *autogestão*?

O contato com a literatura produzida sobre o tema permitiu que nos deparássemos com certa variedade de experiências concretas que, indistintamente, se atribuíam a definição de “autogestionárias”. Sobre isso, Bourdet e Guillerm (1976) alertavam para o emprego “indiscriminado” do termo em questão, configurando quase uma “moda”¹.

No decorrer deste trabalho adotamos a designação mínima de autogestão como sendo: *organização onde o poder de decisão dos assuntos coletivos caberia aos seus próprios integrantes, inexistindo um corpo separado de funcionários especializados na*

* Este artigo é parte da dissertação intitulada *O pensamento autogestionário e a crítica ao capitalismo*, defendida no âmbito do programa de pós-graduação em serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2012

** Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em serviço social pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professor de sociologia no ensino médio da rede estadual de educação do Rio de Janeiro. E-mail: evertonwerneck@ig.com.br

¹ Algo sobre isto, Kosik (1976) já havia posto, quando afirma que, em dado conhecimento produzido sobre a realidade, quando disseminado ou socializado pelo conhecimento comum, tem, muitas das vezes, seu sentido original modificado, sofrendo uma espécie de “vulgarização natural”.

gestão dos assuntos coletivos. Por outro lado, é importante demarcar de imediato a intrínseca ligação da proposta autogestionária com o movimento operário e os ideais socialistas. Ou seja, a autogestão emerge e se dissemina no pensamento e militância no contexto da tradição operária e socialista.

A pista para compreender porque o capitalismo surge como terreno mais fértil para o florescimento de ideias autogestionárias, quem fornece é Marx (1982), quando ressalta o papel progressista cumprido pelo sistema do capital no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas.

Sim, o capitalismo alavanca a produção de riquezas, impulsiona o progresso científico e tecnológico. Mas de que maneira? A dinâmica do capital, cuja consequência Marx enfatizou, reside na busca pela crescente valorização do capital investido, com a extração de mais valor do operariado. O burguês possui duas formas de fazer o trabalhador produzir mais, ganhando o mesmo ou menos em salário. Através da simples extensão da jornada sem pagamento adicional (o mais valor absoluto) ou por intermédio da introdução de máquinas, tecnologias e formas de organização do trabalho voltadas para a intensificação do trabalho e consequente incremento da produtividade do empregado. Assim ele produz mais dentro da mesma jornada de trabalho paga pelo capitalista (o mais valor relativo).

É dentro desse contexto, marcado pela concorrência por mercados, que o capitalista se moverá em busca do constante aumento de sua produtividade. Para isto, lança mão do aprofundamento da divisão do trabalho, da introdução de maquinários e de novas tecnologias, dentre outras medidas. E isso se realiza por meio da que intensifica e estende essa disciplina sobre amplos contingentes de trabalhadores. *Num sistema “heterogestionário”, as funções de direção e execução encontrar-se-iam nitidamente separadas, quer seja no interior do processo produtivo, quer seja nos demais âmbitos da vida social (instituições de ensino, de cultura, de lazer, de política e locais de moradia).*

Braverman (1977), por meio de relato histórico, mostra como o trabalhador vai, progressivamente, perdendo o controle sobre o processo produtivo, vindo a sua

participação no trabalho ser cada vez mais reduzida a gestos simples e repetitivos; debruçado sobre máquinas e tecnologias; vigiado e comandado por outrem².

Junto a esse processo de “degradação do trabalho”, caminha a tendência à destruição ou sublevação de modos de produção antigos ao novo modo de produção hegemônico (Marx, 1977). Ao lado do livre jogo da concorrência, que arruína pequenos proprietários em geral, “atirando-os às fileiras do proletariado”³, originando, assim, novas levas de trabalhadores explorados, não somente em termos de propriedade quanto com relação aos saberes e domínio sobre seu próprio trabalho.

A intensificação e a extensão da heterogestão são meios típicos da realização capitalista. Este estudo levou-nos a entender que a heterogestão decorre e reproduz a expropriação, na medida em que o trabalhador não detendo a propriedade dos frutos de seu trabalho, não tem o controle sobre seu próprio trabalho, sendo comandado “de fora”, pelo capitalista e por sua burocracia. Assim sendo, sob o processo de valorização do capital, desenvolvem-se as forças produtivas, ao mesmo tempo em que se aprofunda a heterogestão e a alienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

Todavia, como atesta a história, este proletariado, forjado pelo próprio capital, não permaneceria longo tempo sem esboçar qualquer reação ou resistência perante a exploração, a pobreza, as desigualdades, o autoritarismo e a alienação. Cedo ou tarde, aquele se poria em luta contra o capital e seus representantes, “fazendo girar a roda da história”.

Tanto Quintaneiros (2002) quanto Hobsbawm (2005) demonstram que o movimento operário acompanhou de perto, sobretudo ao longo do século XIX, o desenvolvimento das relações de produção burguesas. Primeiramente, os operários reúnem-se para lutar coletivamente por melhores salários, melhores condições de trabalho, redução da jornada, dentre outras reivindicações. Aquilo que Lênin denominou de luta “economicista”, “espontânea”, levada a cabo pelas organizações sindicais

²*Pari passu* a esse processo de “degradação do trabalho”, segundo Braverman (1977), avança a criação de hierarquias e postos de supervisão no interior da indústria com o objetivo de controlar a produtividade de cada operário.

³ Isso também já se encontra presente em O Manifesto Comunista, quando Marx e Engels abordam a questão da pequena burguesia, que supostamente estaria, sob o capitalismo, fadada a desaparecer: caso fosse vitoriosa no jogo da livre-concorrência, cresceria e tornar-se-ia integrante da “grande burguesia”, caso contrário, perecendo sob o livre jogo das forças de mercado, sucumbiria e passaria então à vender a sua força de trabalho, já destituído de propriedade. Cf. Marx (1982).

constituídas pelos próprios operários para defender seus interesses⁴. No bojo das reivindicações dos trabalhadores figura a autogestão como forma de superação da alienação completa, imposta pelo capitalismo. Afinal, essas reivindicações econômicas e a democratização no trabalho, com o passar do tempo, mostraram-se impossíveis de serem completamente contempladas nos limites do modo de produção burguês, com sua necessária hierarquização, controle e autoritarismo no processo produtivo⁵.

Portanto, o que foi sendo evidenciado na história é que a autogestão de forma alguma seria obtida fora da completa socialização dos meios de produção, ou seja, do socialismo⁶.

Para sermos consequentes, teoricamente coerentes e fiéis à história, devemos afirmar que a luta pela autogestão insere-se, sem meio termo, nas lutas do movimento operário pelo socialismo. Mas, as lutas pelo socialismo passariam, necessariamente, pela autogestão?

Para grande parte das correntes político-ideológicas, não se poderia falar em socialismo sem falar de autogestão. Porém, não foram tais vertentes ideológicas que conseguiram hegemonizar o movimento operário ao longo da história, desde o século XIX até o século XX. Os estudos realizados por Bihl (2010) sublinham que a hegemonia política e ideológica sobre o movimento operário, no período citado, pertenceu à vertente comunista (marxistas ortodoxos ou marxista-leninistas) e à corrente socialdemocrata (reformista).

Mais do que grandes e significativas experiências históricas concretas, a autogestão é uma aspiração que vem acompanhando o desenvolvimento do movimento operário já desde o século XIX. Constitui, até hoje, um projeto de emancipação plena da classe trabalhadora, ainda não realizado.

A autogestão foi muito mais pensada e idealizada, do que realizada em toda a sua plenitude. Nestes termos, o estudo aqui apresentado têm enquanto objeto de

⁴Offe (1995), por exemplo, vai denominá-las de “coalizão de vendedores de força de trabalho”, compreendendo que a ação coletiva em torno de melhores remunerações seria algo, senão natural, ao menos esperado numa economia de mercado.

⁵Burawoy (1990), para citar mais um destacado autor, afirma que, quanto maior o despotismo fabril, menor a rede de seguridade social a proteger o trabalhador de uma dada sociedade e, ao contrário, a maior quantidade e qualidade das políticas sociais de um dado país contribuiria para reduzir o autoritarismo do capital e seus representantes no âmbito do processo produtivo propriamente dito.

⁶À semelhança do ocorrido com o conceito de autogestão, também “socialismo” foi apropriado das mais distintas formas por variadas correntes políticas. Entretanto, crê-se que a questão da mudança da propriedade dos meios de produção deva ser essencial para poder falar-se em “socialismo”.

investigação o pensamento autogestionário no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Trata-se então de um trabalho de revisão bibliográfica, que investigou a visão de autogestão dos pensadores Robert Owen e Charles Fourier, estabelecendo interface com aspectos do contexto capitalista e das lutas sociais da época em que viveram.

A perspectiva de análise deste trabalho é fundamentalmente histórica, pois parte-se do princípio de que o pensamento autogestionário se vincula às transformações, mutações e realinhamentos do modo de produção capitalista. A produção de idéias (dentre elas as da autogestão) tem, necessariamente, origem nas condições materiais de existência. As idéias ou as teorias não são desafiadas (ou a - históricas), mas elas existem em consonância com a sociedade e suas contradições. Sem embargo, esse foi o desafio do presente estudo, investigar exatamente as idéias estabelecendo interface com os fundamentos materiais da dominação do capital.

Ao longo de toda a sua vida e obra, Karl Marx sempre sustentou que as ideias, em suas origens e fundamentos, necessariamente nascem a partir de determinadas condições materiais de existência. Desse modo, Marx nunca deixou de lançar severas críticas sobre uma grande variedade de concepções de mundo, por ele consideradas “idealistas”, que atribuíam a certas teorias, ideologias ou modos de pensar o estatuto de a-históricas, “naturais”, que existiriam por si só, sem quaisquer ligações com as condições econômicas, sociais e políticas de uma determinada época.

Antes de qualquer outra coisa, cabe ressaltar, uma vez mais, que situamos o pensamento autogestionário dentre as manifestações superestruturais de uma infraestrutura antagônica e contraditória. Sendo tal pensamento um claro produto destes antagonismos e contradições que permeiam as relações de produção capitalistas, tal qual Engels (1983) compreendeu o socialismo científico enquanto produto do desenvolvimento contraditório e antagônico do capitalismo.

Observamos neste estudo que as críticas a essa realidade tinham como pano de fundo a superação do capitalismo, por uma formação social que realizasse a emancipação plena da classe operária, numa sociedade autogerida.

Logo, os pensadores da autogestão produziram suas ideias a partir da crítica à sociedade capitalista, mas uma crítica que, ao mesmo tempo em que se propõe à

superação do capitalismo e seus malefícios, aponta para elementos fundamentais da nova ordem social autogerida.

O capitalismo concorrencial e o surgimento das primeiras concepções de autogestão

O pensamento autogestionário ganha expressão política no século XIX, em razão do quadro de desenvolvimento e de consolidação da hegemonia do capitalismo. A torrente de progressos técnico- científicos combinou-se com o crescimento das desigualdades e da miséria em dimensões até então nunca vistas (QUINTANEIROS, 2002; HOBBSAWN, 2005).

Essa primeira fase capitalista ostenta e consolida o sistema fabril com a introdução das máquinas e o incremento da divisão do trabalho. Por conseguinte, opera-se o processo de progressivo esvaziamento e subsunção do trabalho ao capital. Segundo Braverman (1977) *pari passu* ao desenvolvimento da acumulação capitalista, o operário na fábrica teve suas funções laborativas reduzidas a poucos gestos mecânicos, o que o levou a perder autonomia no que se refere à concepção do trabalho. Nessas condições, o trabalho tornou-se tarefa maçante para o operário.

A luta de classes daquele período não se limitou ao âmbito do processo produtivo e da organização do trabalho, mas adquiriu feições políticas mais amplas, com a organização da classe operária em sindicatos e associações. A defesa coletiva dos interesses mais imediatos compôs a agenda de lutas com temas como jornadas de trabalho mais reduzidas, maiores salários e melhores condições de trabalho. Estas e outras razões empurravam o proletariado às mobilizações coletivas e ao enfrentamento com o patronato e o Estado, através de manifestações, greves, ocupações e outras formas de mobilização.

O padrão de intervenção estatal caracterizava-se bem mais pela repressão aos conflitos entre as classes sociais. A ideologia liberal condenava a intervenção do Estado

para além de suas funções “clássicas”, de garantia da ordem, da propriedade privada e da segurança⁷.

Como se sabe, por essa época, predominava o princípio do *laissez-faire*, que apostava na capacidade da livre-iniciativa, da propriedade privada e do mercado livre de interferências para distribuição dos bens e serviços produzidos, segundo as capacidades individuais de cada um. Segundo Friedman (1977), para o liberalismo, caberia ao poder público tão somente garantir as condições indispensáveis para que o indivíduo concorresse no mercado e assim fizesse valer suas capacidades.

Todavia, as condições objetivas concretas de exploração no período motivavam as críticas ao capitalismo, que cresciam e ganhavam adeptos no meio operário. Para Engels (1983), essas teorias decorreram do próprio desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas com suas acirradas contradições sociais. Exatamente nesse quadro é que surgem as primeiras associações de base operária e socialista, com inserções nas lutas da classe trabalhadora contra as jornadas de trabalho desumanas, os salários aviltantes, os trabalhos degradantes e as relações de trabalho autoritárias. Essas lutas apontavam para os “condenados pelo sistema” que a saída para suas mazelas cotidianas não seria possível sem a supressão revolucionária da propriedade privada burguesa e do capitalismo.

A magnitude desses conflitos levou ao fortalecimento do movimento operário, bem como à ascensão de associações de inspiração socialista. Consequentemente, o Estado e as classes dominantes se viram pressionados para darem respostas mais eficazes, em vez de somente reprimirem os conflitos, o que levou as classes dominantes e o Estado a cederem diante das reivindicações das classes subalternas, dando origem, pois, aos primeiros direitos de cidadania adquiridos pela classe operária (COUTINHO, 1997).

Marshall (1968), em sua obra sobre a origem e o desenvolvimento histórico dos direitos de cidadania, localiza no século XIX o momento de expansão dos direitos políticos, chamando a atenção para a legalização dos sindicatos, das associações e a extensão do sufrágio eleitoral. Os operários obtiveram, também do Estado, a regulação jurídico-legal de alguns aspectos do processo de trabalho, a exemplo da limitação da

⁷ Exceto naquilo que se refere ao fornecimento dos chamados “bens públicos”, ou seja, bens ou serviços importantes para a sociedade como um todo e que por alguma razão não seriam ofertadas pelo mercado capitalista (OLIVEIRA, 2009).

jornada de trabalho; da regulamentação do trabalho de jovens e de mulheres; e a regulamentação do trabalho noturno e das condições de trabalho.

A designação “capitalismo concorrencial” caracteriza essa primeira fase do capitalismo maduro em razão da maior concorrência entre os capitais, situação na qual certa variedade de capitais concorre em um mercado livre de regulações. O desenvolvimento do processo de acumulação capitalista tende, segundo Marx (1985), a romper com esse liberalismo e originar um recorrente sistema de concentração e centralização de capitais. A competição entre capitais por mercados conduziria à incorporação dos capitais menores, derrotados na concorrência intercapitalista pelos capitais maiores. Os vencedores na luta concorrencial encenariam atos de monopolização da economia, com os mercados dominados pelos grandes capitais conduzindo o sistema a uma nova etapa, a do “capitalismo monopolista”.

Marx demonstra que essa busca frenética pelo aumento da produtividade incorreria na formação de uma “superpopulação relativa”, ou seja, enormes contingentes de trabalhadores desempregados (“exército industrial de reserva”). Trabalhadores aptos a ingressar no processo de produção capitalista quando assim forem requisitados pelo capital. Além disso, uma variada gama de desempregados que, por alguma razão, tornaram-se imprestáveis para a exploração capitalista (deficientes, alcoólatras, velhos e outros).

O crescimento da produtividade marca o avanço do processo de acumulação capitalista, provocando a produção crescente da superpopulação relativa, o que ocasiona a crise de superprodução. A própria dinâmica do capital solapa as condições para que o excesso de produção possa ser consumido no mercado. Excluindo trabalhadores do mercado de trabalho e de consumo mantém-se uma classe operária fora do acesso dos bens, já que os ganhos de produtividade obtidos pelo capital não são redistribuídos sob a forma de salários ou outras vantagens. Essas contradições geram a crise que precipitou o “término” do período chamado “concorrencial” e a passagem para um novo estágio do capitalismo.

É nesse terreno em que serão fertilizadas as primeiras concepções de autogestão sob o capitalismo moderno. Mais do que pensadores, os socialistas utópicos, Proudhon, Bakunin e Marx estiveram todos, ainda que de maneiras diferentes, ligados à luta pela transformação social no seio do capitalismo, então em ascensão. Em outras palavras,

foram “ativistas”, militantes a serviço da mudança social em favor de uma nova ordem anticapitalista e autogestionária.

A autogestão no pensamento dos socialistas utópicos: Owen e Fourier

O inglês Robert Owen e o francês Charles Fourier são dois dos principais pensadores da primeira metade do século XIX que ficaram conhecidos como “socialistas utópicos”. A marca de suas ideias era a crítica incipiente à sociedade burguesa. Em seus escritos apresentavam projetos minuciosos de reorganização da sociedade. Engels, em sua obra “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, ensina que este socialismo utópico foi um produto ideológico das contradições e antagonismos de uma sociedade burguesa ainda não plenamente desenvolvida, tal qual havia na primeira metade do século XIX na Europa (ENGELS, 1983) ⁸.

Owen nasceu no interior da Inglaterra, em uma família modesta (TEIXEIRA, 2002). Ainda jovem, passou a dirigir uma indústria têxtil, acumulando grande fortuna como industrial. Preocupava-se com a classe operária, aviltada pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Iniciou sua trajetória como reformador social quando ainda era industrial e introduziu pioneiramente, na sua indústria, práticas filantrópicas e melhorias nas condições de vida e trabalho de seus empregados; oferecendo uma relativa redução da jornada de trabalho e aumento salarial considerável.

Owen vai progressivamente se aproximando das classes trabalhadoras, passando a propor a constituição de pequenas comunidades alternativas, com o intuito de pôr em prática o modelo de sociedade defendido em suas obras. Além disso, Owen também tem seu nome ligado ao cooperativismo, defendendo até o final de sua vida essa prática organizativa como estratégia para luta da classe trabalhadora pela transformação social (SINGER, 2002).

⁸ O que justifica a escolha destes dois nomes em detrimento de Saint-Simon, outro dos principais nomes do socialismo utópico, é o conteúdo de suas propostas, visto que Saint-Simon advoga proposta de nova sociedade que de certa maneira mantém a heterogestão, distanciando-se, neste importante aspecto, de Owen e Fourier. A proposta Saint-simoniana de mudança social atribuía destacado papel aos capitalistas na condução dessas reformas, considerando-os parte legítima das chamadas “classes laboriosas”, ao lado de operários e demais setores das classes trabalhadoras. Além disso, Saint-Simon (2002) sonha com uma nova sociedade baseada numa certa forma de “meritocracia”, na qual os cargos de direção, seja no âmbito econômico, seja no político, necessariamente caberiam a supostos indivíduos mais qualificados, aos mais capazes dentre operários, industriais, cientistas e artistas.

Fourier nasceu em uma rica família de comerciantes do interior da França. Embora menos influente do que Owen, também inspirou iniciativa de constituição de comunidades alternativas nos moldes propostos em suas obras, os conhecidos falanstérios. Passou grande parte de sua vida em busca de fundos para construí-los, tendo feito contato via correspondência, com um considerável número de políticos e homens de negócios com intuito de convencê-los a investirem capital em seu projeto transformador, sem obter sucesso (KONDER, 1998).

A historiografia mostra que Fourier e Owen (além, de Saint-Simon) tiveram maior influência nas primeiras décadas do século XIX, num contexto em que era relativamente baixo o nível de desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Segundo Engels (1983), a classe operária permanecia num nível inicial de desenvolvimento, atuando a reboque da burguesia, ainda voltada para vencer as últimas resistências aristocráticas, diante do avanço da modernidade capitalista. Além do próprio Marx, outros autores como Abendroth (1977) afirmam que as coisas permanecem assim até a crise política que abala a Europa do ano de 1848, ano em que ganha lugar a chamada “primavera dos povos”.

O evento acima destacado consistiu em levantamentos populares quase que simultâneos observados em grande parte dos países europeus, opondo as massas oprimidas à governos aristocráticos que até então sobreviviam no velho continente. Segundo a leitura de Marx (1982b), trata-se do momento histórico derradeiro em que burguesia e proletariado se “divorciarão” nas lutas políticas: se, até então, burguesia e proletariado combateram do mesmo lado contra os resquícios aristocráticos da velha ordem e seus representantes, em 1848 as mesmas combaterão em lados opostos, na medida em que, vendo-se ameaçada pelas aspirações autônomas da jovem classe operária em ascensão, burguesia e aliados” optam” pela aliança com setores reacionários da sociedade a fim de combater o proletariado e preservar a propriedade e seus privilégios decorrentes da exploração econômica. Nesta aliança espúria a burguesia “troca” a possibilidade de dominar politicamente pela manutenção de sua privilegiada posição econômica, então supostamente ameaçada pelo operariado revolucionário.

Os ditos socialistas utópicos refletirão em suas obras o momento pré 1848, haja visto sua não percepção dos incontornáveis antagonismos que contrapunham ambas as

classes. Tanto Robert Owen quanto Charles Fourier serão, assim, capazes de formular críticas pertinentes ao então jovem modo de produção capitalista, vislumbrar alternativas, sem contudo terem condições de perceberem o antagonismo que iria contrapor a burguesia à quaisquer veleidades de transformação social que pusesse em risco sua condição enquanto classe dominante.

Enquanto ao jovem operariado da época interessava ir além das meras reivindicações democrático-liberais, conquistando, pois, reformas sociais que minorassem a exploração e pobreza às quais muitos se encontravam submetidos, a burguesia desejava, isto sim, conter as aspirações das massas, temendo ameaças aos seus privilégios enquanto proprietários. Os socialistas utópicos, Owen e Fourier, vivenciaram e observaram em suas obras a fase em que, dado o nível incipiente do desenvolvimento capitalista, burguesia e proletariado ainda combatiam lado a lado.

Haja vista toda a série de injustiças, desigualdades, explorações, misérias e opressões engendradas pelo desenvolvimento das relações de produção capitalistas, como fazer para superá-la? Eis a grande questão para a qual buscaremos resposta nas teorizações levadas a cabo pelos “utópicos” Owen e Fourier.

As teorizações de Fourier (2002) reservam o papel principal, enquanto fator dinâmico de superação da ordem capitalista, ao conhecimento “científico”. A ciência seria capaz de “descobrir” a ordem social “natural”, emanada das leis divinas, e ignorada pela humanidade.

Portanto, segundo Fourier (2002), haveria uma forma de organização social adequada à natureza e à vontade divina que, até então, era desconhecida. A exemplo das ciências naturais, caberia a essa suposta ciência da sociedade a tarefa de descobrir as corretas leis de funcionamento da ordem social, o que significaria o fim de todas as contradições e antagonismos então existentes na sociedade capitalista, pois esta se encontrava baseada no erro, na ignorância da vontade divina e das leis naturais que regem a ordem social.

Coube a Fourier a tarefa ou o privilégio da “descoberta” desta ordem social “natural”, livre das misérias, injustiças e desigualdades que por séculos marcou a história da humanidade. Aos possíveis questionamentos com relação a isto, Fourier (2002) se antecipa explicando o porquê de caber, justo a ele, tal privilégio da “descoberta” e não a outro antes dele, poupando assim a humanidade de séculos de

erros e sofrimentos. Em “O novo mundo industrial e societário”, Fourier afirma que tal descoberta da ordem social perfeita não havia ocorrido antes por conta do preconceito engendrado pela moral da ordem civilizada contra as paixões humanas, algo que seria crucial para a nova ordem societária, conforme veremos no próximo subitem.

Realizada a descoberta da ordem social “natural”, livre de todas as injúrias que marcam a sociedade civilizada (ou capitalista), como fazer para colocá-la imediatamente em prática? Neste aspecto, Fourier faz *jus* a uma das principais características dos chamados “socialistas utópicos”, ao rejeitar a possibilidade de uma ação política mais concreta e propugnar, para a realização dos ideais por ele defendidos, a constituição de pequenas associações e pequenas comunidades experimentais.

Nomeados pelo pensador como “falanstérios”, consistiam em organizações descentralizadas onde seus membros trabalhariam de acordo com suas paixões, vocações e disponibilidade. Para Fourier, o homem é, por natureza, bom, mas a sociedade capitalista impede o desenvolvimento das qualidades humanas. As falanges possibilitariam uma experiência de exaltação dessas qualidades, mediante uma organização social adequada à expressão das paixões.

Robert Owen sustenta visão semelhante à de Fourier no que diz respeito aos possíveis caminhos para a superação da ordem capitalista. Para Owen (2002), todas as instituições sociais pertencentes à ordem social burguesa encontrar-se-iam calcadas na equivocada premissa de que os homens seriam autonomamente responsáveis pela formação de seu próprio caráter, independente das condições externas que os cercam desde o seu nascimento. Owen (2002) assinala que os seres humanos são constituídos por faculdades físicas, morais e intelectuais, às quais seriam desenvolvidas pelo contato com o meio externo que os circundam.

Assim sendo, tratar-se-ia, pois, de prover ao homem ambiente externo adequado para que pudessem desenvolver adequadamente aquelas faculdades, o que não ocorria na ordem burguesa individualista e concorrencial. Esta seria, de acordo com Owen (2002), a sua principal “descoberta”. A partir de então, tratar-se-ia de estudar, de projetar e de propor a melhor organização social com vistas ao desenvolvimento da fraternidade, da justiça, da racionalidade e da verdade no caráter humano.

Logo, para transformar o caráter individual dos homens, fazia-se necessária uma transformação na ordem social. Sob a ordem social do jovem capitalismo, nada mais

poderia brotar nos homens além da concorrência, do individualismo egoísta, da mentira e da falsidade.

Semelhante ao pensamento de Fourier, Owen (2002) empresta grande relevância aos conhecimentos provenientes de uma suposta “ciência da natureza humana”. Assim, de posse da verdade de que o meio social moldaria o caráter humano, se lançaria à tarefa de pensar a melhor organização social possível, visando o pleno desenvolvimento humano. Uma vez de posse desse conhecimento, inicialmente Owen propunha a criação de associações e comunidades experimentais que colocariam em prática as predições da tal “ciência da natureza humana”. Acreditava que os resultados infinitamente superiores dessas organizações naturalmente levariam à sua adoção pela totalidade dos povos do mundo, dispensando, assim, a necessidade da luta política para o alcance da transformação social.

Para os chamados “utópicos”, lutas políticas como as que se verificam entre capital e trabalho só aparecem em suas formulações enquanto mais uma das muitas mazelas trazidas pela modernidade capitalista. Algo que certamente seria superado após a reorganização das sociedades, com base na razão e no conhecimento científico.

Conforme assinala Hobsbawn (1987), esses socialistas utópicos são ainda herdeiros diretos da filosofia iluminista dos anos 1700, pela qual se acreditava no inelutável progresso da ciência e da razão a serviço do homem. Para os utópicos, o fator dinâmico de transformação social não estaria na luta de classes, nos conflitos políticos, mas sim no conhecimento científico da realidade humana e social. Uma vez de posse de tal “verdade suprema”, o conhecimento da sociedade perfeita, tratar-se-ia tão somente de colocá-la em prática para que sua superioridade fosse comprovada e seguida voluntariamente por todo o planeta.

Entretanto, tal posicionamento dos utópicos não deve ser considerado como simples erro, ingenuidade ou tentativa de mascarar a questão da luta de classes, mas sim como sendo um produto ideológico das condições históricas de começo do século XIX, momento em que o desenvolvimento ainda incipiente do capitalismo não havia feito aflorar, em definitivo, os antagonismos entre burguesia e proletariado (ENGELS, 1983).

A partir de certa altura da história, o adjetivo “utópico” acabou por adquirir uma conotação um tanto quanto negativa, sobretudo quando se lembra das críticas proferidas por Engels (1983) aos chamados “socialistas utópicos”. Desde então, as obras dos

pensadores que de alguma forma se vinculavam a tal corrente foram desvalorizadas ou, no mínimo, postas de lado, opinião esta firmemente defendida por Hobsbawn quando escreve o seguinte:

Sob qualquer ponto de vista que não seja o de trabalhos e pesquisas de caráter científico, tais predecessores foram esquecidos ou passaram a fazer parte da pré-história do marxismo [...] Na melhor das hipóteses, como Owen ou Fourier, sobrevivem entre os teóricos da educação [...] Isso expressa, sob vários aspectos, uma profunda injustiça para com pensadores que [...] Foram todavia originais, e cujas idéias, rerepresentadas hoje, poderiam em muitos casos ser estudadas seriamente (HOBSBAWN, 1987, p. 64).

O que foi escrito acima termina sendo corroborado pelo próprio Engels quando coloca que: “Quanto a nós, admiramos os germes geniais de idéias e as idéias geniais que brotam por toda a parte sob essa capa de fantasia que os filisteus são incapazes de ver” (1983, p.35).

Na transcrição acima, Engels está se referindo a aqueles que já em sua época desdenhavam da produção dos chamados socialistas utópicos classificando-as de, pura e simplesmente, “fantasiosa”. Essas críticas não levavam em consideração os aspectos positivos daquelas ideias, suas contribuições ao conhecimento da época, suas pertinentes críticas à sociedade burguesa que, então, começava a despontar. O mesmo Engels (1983) escreve que os utópicos foram felizes no reconhecimento e na denúncia das mazelas próprias da sociedade capitalista, sem, contudo, terem conseguido explicá-las de forma convincente. Sabiam que a exploração e a miséria condenavam a classe operária da época.

A organização socioeconômica da nova sociedade autogerida

Portanto, entende-se que é bem verdade que os socialistas utópicos deram boas contribuições à empreitada da compreensão do modo de produção capitalista e concomitante “desenho” do que viria a ser uma nova ordem socialista e “autogerida”, conforme atestam as leituras de Fourier (2002) e Owen (2002).

Certamente, o cerne da crítica de Fourier ao sistema capitalista em que viveu (o qual denominou de “mundo civilizado”) está diretamente ligado ao seu conceito de “atração industrial”. Segundo Fourier (2002), viveríamos em um mundo autoritário e

coercitivo, que castraria, tolheria, impediria o livre manifestar das paixões humanas. Uma sociedade na qual as inclinações, gostos e preferências de seus cidadãos dificilmente encontrariam vias para sua plena realização.

Para o socialista francês, seria o novo mundo “societário” o único tipo de sociedade capaz de realizar a individualidade de cada um, o que seria feito através da referida “atração industrial”. Neste novo mundo proposto por Fourier, as paixões, preferências e inclinações individuais orientariam o emprego dos fatores de produção, sobretudo a mão-de-obra, transformando o trabalho em algo prazeroso e nobre.

Fourier (2002) acreditava que tais paixões individuais deveriam ser aproveitadas em prol da elevação da produtividade do trabalho social, entendendo que os trabalhadores produziram mais e melhor caso estivessem desempenhando a tarefa que mais lhes agradasse. O cerne da crítica do pensador era a submissão do homem a trabalhos degradantes e alienantes, como os que predominavam no mundo civilizado. Com efeito, caberia às ciências do homem estudar e compreender as paixões humanas, de forma a tornar-se capaz de propor uma reorganização da indústria, com vistas a adequá-la a essas paixões humanas.

Nenhum dos escritores ou dos empreendedores chegou ao cerne da questão; o problema de associar [...] mas de associar as paixões, caráter, gostos, instintos; de desenvolver cada indivíduo sem melindrar o grupo; de fazer brotar desde a mais tenra idade as vocações industriais que são numerosas na infância, de colocar cada um nos diferentes postos para os quais a natureza os convoca, de variar frequentemente os trabalhos e de garantir-lhes encanto suficiente para fazer nascer a atração industrial (FOURIER, 2002, p.71).

Reorganizadas as indústrias de acordo com as paixões humanas, afirma Fourier (2002), a nova ordem social elevaria em, no mínimo, quatro vezes o produto do trabalho social. Isto demonstra outra preocupação de Fourier que se repete ao longo de seus escritos: a questão do desenvolvimento das forças produtivas. Criada a chamada “indústria atraente”, a produção seria muito mais elevada. A potencialização da produtividade decorreria do desenvolvimento de novas tecnologias – certamente fruto do livre desenvolvimento da criatividade individual proporcionada pela nova organização da sociedade – e da racionalização do uso dos recursos produtivos existentes.

Nesta altura, torna-se válida a observação de que Fourier é capaz de, ainda que nas primeiras décadas do século XIX, vislumbrar aquilo que seria uma, dentre várias, aspirações do movimento operário e socialista: a definição do conteúdo do trabalho de acordo com os objetivos e vontades dos próprios produtores, ou seja, a autogestão no âmbito do processo produtivo. É exatamente sobre isso que Fourier (2002) está tratando quando menciona sua ideia de “indústria atraente”. Seria “atraente” para o operário, logicamente, que deveria ver no seu trabalho a realização de sua própria subjetividade⁹.

Ligada a essa questão da racionalização do emprego das forças produtivas, está outra também de suma importância, qual seja, o tema da propriedade. Embora Teixeira (2002) advirta que Fourier nunca foi contra a propriedade privada, percebe-se no seu pensamento, mesmo que implicitamente, uma proposta de reorganização da propriedade. Na verdade, Fourier menciona certa limitação à propriedade privada em prol do incentivo à propriedades de tipo coletiva, associativas ou, em termos mais modernos, cooperativas (mesmo que Fourier não empregue o termo). A racionalização do uso das forças produtivas proposta por Fourier (2002) passa pela adoção do uso coletivo de uma série de instrumentos produtivos (fogões, armazéns e outros) em lugar da sua utilização privada, como se faz na “civilização”.

Com a expansão da produção de bens de subsistência, nos termos acima colocados, Fourier vislumbrava a possibilidade de, enfim, promover melhor distribuição de renda, sobretudo para o operariado que vivia em condições miseráveis naquela época.

Por fim, pode-se afirmar que o novo mundo societário proposto por Fourier seria a verdadeira realização da sociedade da abundância, superando para todo sempre a escassez predominante no “mundo civilizado”. Ainda segundo Fourier (2002), essa abundância da nova sociedade societária seria também responsável pela eliminação dos gastos improdutivos com segurança, na medida em que nessa nova ordem seria irracional roubar algo que existiria em abundância para todos.

⁹ Estas preocupações de Fourier (2002) em torno da autogestão do processo produtivo e sua ligação direta com o crescimento da produtividade do trabalho vão aparecer novamente, por exemplo, em Bourdet e Guilhem (1976), quando estes relatam as vantagens da autogestão em comparação à heterogestão no que diz respeito a elevação da produtividade. O maior envolvimento operário elevaria a produtividade do mesmo, na medida em que se identificaria com os conteúdos e objetivos do processo produtivo. A separação temporal em que se encontram Fourier (2002) e Bourdet e Guilhem (1976) somente corroboram o caráter pioneiro e a importância dos “utópicos” para a crítica do capitalismo e a tradução dos anseios da classe trabalhadora.

Continuando, para o pensador, os gastos com muros, cercas e segurança em geral poderiam ser investidos em outras coisas mais úteis à felicidade e ao bem-estar da humanidade, inclusive a mão-de-obra ocupada em tais atividades. Para Fourier, as funções “parasitárias” poderiam ser liberadas para o desempenho de funções efetivamente produtivas.

Assim como Fourier, Owen também reconhecia o salto no desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pelo advento do capitalismo. Especificamente em relação à visão owenista, esta supunha que a humanidade estava empregando de maneira equivocada tais recursos produtivos.

Para começar, ao contrário de Fourier, Owen se mostrava contrário à propriedade privada dos meios de produção, entendendo que seria a fonte dos males sofridos pela modernidade. Entretanto, assim como o francês, Owen sonha em dissolver a indústria na agricultura, demonstrando certa preferência pela agricultura em detrimento da indústria urbana (TOUCHARD, 1970). Isso explicaria uma idealização do passado feudal, acreditando que nele muitos dos males vivenciados sob o período urbano-industrial não existiriam. Associava-se, pois, a industrialização e a urbanização em si às condições sociais precárias em que viviam as massas laboriosas, enxergando numa suposta volta ao passado um caminho para a superação de tais condições.

De acordo com Touchard (1970), Owen proporá a constituição de comunidades preponderantemente agrícolas, francamente igualitárias, livres e autogeridas, sem a propriedade privada dos meios de produção. Para Owen, seria o trabalho o único fator de remuneração justo, enquanto que Fourier admitia a existência da remuneração dos fatores capital e “talento”. Ainda segundo Touchard (1970), foram os discípulos de Owen que contribuíram para desenvolver o movimento cooperativista, visto com simpatia pelo utópico inglês, ainda que este fizesse ressalvas a essa iniciativa em virtude de “conceder um lugar demasiado importante ao espírito mercantil” (TOUCHARD, 1970, p. 52).

Ainda sobre a apreciação do movimento cooperativista que então começava a crescer naquelas primeiras décadas do século retrasado, Owen antevia o dilema que iria acometer o cooperativismo ao longo da história do modo de produção capitalista. A contradição entre práticas autogestionárias no interior desses estabelecimentos e as

pressões advindas de um mercado capitalista impondo-lhes, de fora, critérios de eficiência e produtividade alheios à autogestão das cooperativas.

Permanecer fiel aos ideais democratizantes inerentes ao cooperativismo ou aceitar as determinações impostas pela competição no mercado capitalista, eis a questão problematizada por Owen, naquela época de ainda incipiente desenvolvimento capitalista. Desconhecendo o caráter totalizante das relações de produção capitalistas, capaz de subsumir todos os modos de produção subordinados aos imperativos de valorização do capital (MARX, 1977), Owen ingenuamente parecia acreditar que se tratava somente de uma questão de “escolha” entre uma e outra opção.

A organização sociopolítica da nova sociedade autogerida segundo Owen e Fourier

A questão da organização sociopolítica e político-administrativa da nova sociedade se torna indispensável aqui por conta de nossos estudos terem enquanto alvo a compreensão da concepção de autogestão de cada pensador. Não obstante, vale lembrar que a autogestão não se limita à formação de cooperativas ou de outras associações em nível restrito, mas deve estar presente em todas as esferas da vida social, incluindo a administração da sociedade como um todo (VIANA, 2010). Dessa forma, cabe indagarmos ao pensamento dos utópicos de que maneira concebem a questão da organização político-administrativa da nova sociedade.

Owen, em seu “Livro do novo mundo moral e societário”, parte do princípio de que a propriedade privada e a correspondente divisão da sociedade em classes sociais deveriam ser suprimidas na nova ordem social autogerida. Em seu lugar, restaria a divisão da sociedade baseada na idade do indivíduo, a cada classe correspondendo uma determinada faixa etária: 1ª classe, do nascimento a cinco anos de idade; 2ª classe, dos cinco aos dez anos de idade e daí por diante.

Owen (2002) propõe também a organização das sociedades em associações contendo, no máximo, 2000 integrantes. No interior delas seria desempenhada certa variedade de atividades econômicas e sociais necessárias à subsistência de seus membros. Essas diversas associações contariam com um conselho administrativo interno, nos quais tomariam parte os indivíduos da faixa etária entre trinta e quarenta anos de idade (a chamada 7ª classe).

Por outro lado, a tarefa de ligar uma comunidade a outra caberia ao “governo exterior”, a ser ocupado pelos membros mais experientes da sociedade, aqueles que possuiriam entre quarenta e sessenta anos de idade (a 8ª classe). Caberia a esse “governo exterior” se ocupar, entre outras tarefas, das trocas comerciais entre as associações, regular os meios de transporte entre eles, trocar conhecimentos entre elas.

No mais, em relação à escolha dos indivíduos aptos a tomarem parte tanto na administração interior quanto na exterior, Owen (2002) se manifestará contrariamente às eleições, entendendo que todos os membros de uma determinada associação, ao alcançarem as últimas classes citadas, já teriam obtido, no decorrer da vida, experiência e conhecimentos suficientes para poder administrar a sociedade. Portanto, todos eles estariam habilitados para tomar parte nos referidos conselhos administrativos.

Podemos concluir que Owen já então nutria uma concepção autogestionária daquilo que deveria ser a nova sociedade, ao menos no que concerne a sua organização político-administrativa. Na nova ordem social pensada por Owen, existiria sim uma administração central, mas esta caberia a todos os membros de uma determinada faixa etária, inexistindo a concentração do exercício do poder em classes sociais (visto que seriam abolidas no socialismo owenista). Todos teriam o direito e o dever de tomar acento nos conselhos administrativos assim que alcançassem determinada idade (OWEN, 2002).

Já no pensamento de Fourier, a questão de um poder político-administrativo central sequer é posta. De acordo com Chatelêt (2000), o utópico francês não cogitava a necessidade de um Estado na nova ordem social por ele proposta, na medida em que o referido mundo novo deveria ser constituído com base na associação voluntária, sem a necessidade de um poder organizador coercitivo. As pessoas se organizariam nos falanstérios espontaneamente porque veriam neles a melhor das alternativas para a satisfação de suas paixões, de seus desejos, de sua felicidade, sendo, pois, inútil a existência de um poder coercitivo centralizado. Na visão de Fourier, as sociedades se organizariam em uma variedade de falanstérios, constituindo uma federação livre de falanstérios.

Apesar da visão anti-autoritária evidenciada acima, Fourier (2002) admitia a existência de hierarquias, porque estas se encontrariam ligadas à questão do desejo por honras e títulos que, para Fourier, constituía expressão natural das paixões humanas,

cuja realização era a principal meta da nova ordem social. Entretanto, a existência de títulos para a satisfação dos desejos humanos em instante algum daria a quem os possuísse poderes de qualquer natureza sobre outrem (CHATELÊT, 2000).

O desenvolvimento capitalista na França e Inglaterra das primeiras décadas do século XIX

Após a exposição das principais ideias de Charles Fourier e Robert Owen chega-se à conclusão de que as opiniões sustentadas por Engels (1983) parecem satisfatórias, quando afirma serem os “socialistas utópicos” produtos de seu tempo. Ou seja, as ideias dos utopistas são forjadas numa época em que o capitalismo começava a despontar como modo de produção hegemônico. Por isso, a crítica social contida nos seus escritos não podia ir muito além, pois a maturação do novo sistema ainda não havia se completado, de forma que suas potencialidades, contradições não estavam claros para aqueles que se dedicavam ao “estudo da sociedade”.

Naquela época, o modo capitalista de produção, e com ele o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, achava-se ainda muito pouco desenvolvido. A grande indústria, que acabava de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França. E só a grande indústria desenvolve, por um lado, os conflitos que transformaram numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação do seu caráter capitalista-conflitos que eclodem não só entre as classes engendradas por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por elas criadas e, por outro, desenvolve nessas gigantescas forças produtivas os meios para solucionar esses conflitos. Em vésperas do século XIX, os conflitos que brotavam da nova ordem social mal começavam a desenvolver-se e menos ainda, naturalmente, os meios que levam à sua solução (ENGELS, 1983, p. 34).

Além disso, segundo Chattellêt:

No conjunto, as doutrinas socialistas do século XIX têm em comum o fato de criticarem o liberalismo enquanto é incapaz de resolver a “questão social” e de proporem soluções práticas fundadas na dupla convicção da imoralidade e da ineficácia da economia política clássica. Indo-se além disso, as divergências são tantas que, agrupá-las sob um mesmo qualificativo de utópicos, resulta numa impostura (CHATELÊT, 2000, p. 142).

O pensamento dos “utópicos” Fourier e Owen é condicionado pelas situações históricas vivenciadas por ambos no capitalismo francês e inglês, respectivamente. Para Touchard:

Na época em que escreviam Saint-Simon, Fourier, Bouchez, Louis Blanc, Blanqui, ou na qual Proudhon compõe o essencial da sua obra, a França ainda não experimentou a grande febre de industrialização que se virá a manifestar durante o segundo império. O socialismo inglês, e sobretudo o de Owen, testemunha, ao contrário, o conhecimento íntimo das realidades industriais que os doutrinadores franceses estão longe de possuir (TOUCHARD, 1970, p. 126).

Barrington Moore Jr. em sua obra intitulada “As origens sociais da ditadura e da democracia”, analisa historicamente como a França, a Inglaterra e outras nações fizeram a transição entre o mundo absolutista e a modernidade. Consegue estabelecer uma espécie de “tipologia” das vias seguidas por cada nação em direção ao mundo moderno, de modo que a depender da história local é possível desembocar num moderno capitalismo “democrático”, em um reacionário capitalismo autoritário ou num socialismo do tipo chinês ou russo.

Entretanto, o que interessa verdadeiramente são os caminhos históricos que França e Inglaterra percorreram até chegar à constituição de seus respectivos “capitalismos democráticos”. Moore Jr. (1983) tem enquanto foco principal de sua análise o papel desempenhado pelos grandes proprietários rurais e camponeses, no processo de transição para o capitalismo industrial moderno. Aspecto que diferencia a França e a Inglaterra consideravelmente.

Na Inglaterra, assinala Moore Jr. (1983), a nobreza proprietária de terras, bem antes da França, já havia enveredado pelos caminhos da exploração da agricultura comercial, de cariz eminentemente capitalista; forjando para si uma base econômica independente do monarca. Dentro desse processo de avanço das relações de produção capitalista pelos campos, tomou lugar o processo dos “cercamentos”, episódio em que as terras comuns, até então cultivadas por camponeses, foi forçosamente cercada e vedada ao cultivo comum em prol de seu emprego exclusivo na produção de lãs para a nascente indústria têxtil.

O resultado desse evento foi a constituição de uma classe de proprietários de terras “aburguesada”, que, partilhava de pontos de vista semelhantes aos da burguesia, e

era relativamente independente em relação à monarquia. Mas, estava esse segmento crescentemente em oposição às intervenções na atividade econômica, a exemplo das tentativas reais de “proteger” o campesinato inglês do processo de desapropriação ocasionado pela expansão do capitalismo no campo. O outro resultado foi a relativa liquidação do campesinato como classe política ou economicamente relevante no panorama social inglês.

Passado o tempo e o avanço do capitalismo no campo e na cidade, o antagonismo entre monarquia e burguesia foi resolvido pela revolução de 1688. Nessa ocasião foi instituída a monarquia constitucional na Inglaterra, com um parlamento suficientemente forte e apto a congregar os interesses dos senhores proprietários de terras. Eles passaram a governar o país durante anos e sem o “incômodo” de um campesinato às portas.

Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já tinha sido encontrada na prática. Uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores [...] quase praticamente não se podia falar de um “campesinato britânico” da mesma maneira que um campesinato russo, alemão ou francês. As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado (HOBBSAWN, 2005, p. 47).

No âmbito urbano, Hobsbawn (2000) e Thompson (2001) informam que, naquelas primeiras décadas do século retrasado, a produção manufatureira estava longe de constituir aquela imagem de um extenso proletariado fabril, reunidos sob o comando de um capitalista, numa grande unidade produtiva. No período histórico que se estende até os anos 1840, os historiadores relatam a marcante presença entre os ingleses de formas ou relações de trabalho “pré-capitalistas”, destacando o trabalho dos artesãos, pequenos produtores de mercadorias, pequenos comerciantes.

Veja o que ele diz:

Há dúvidas se neste período podemos falar afinal de uma aristocracia do trabalho, embora seus elementos já existissem. Há até dúvidas se podemos falar afinal de um proletariado num sentido desenvolvido, porque esta classe ainda estava no processo de emergir da massa dos produtores secundários,

pequenos patrões, camponeses, etc. da sociedade pré-industrial, embora em certas regiões e indústrias ela já tivesse tomado forma razoavelmente definida (HOBSBAWN, 2000, pp. 323-324).

Já em território francês, segundo Moore Jr. (1983), os fatos se passarão de maneira diferente, pois a nobreza proprietária de terras não sofrerá um processo de “aburguesamento”. Ao contrário, a burguesia em ascensão é quem irá sofrer um processo de “aristocratização” no período histórico de transição, rumo à modernidade capitalista.

A nobreza francesa não enveredou pelo caminho da agricultura capitalista, como os ingleses, mas agarraram-se a toda sorte de impostos e privilégios inerentes à ordem feudal. Desse modo, desejavam extrair o máximo dos camponeses que cultivavam as terras, seja em dinheiro, seja em produtos. As estruturas econômicas, sociais e culturais do feudalismo foram preservadas e postas a serviço da ambição da nobreza proprietária de terras. Isto significou a permanência e consolidação de um considerável campesinato explorado (MOORE JR, 1983).

A França possuía, ao contrário da Inglaterra, uma monarquia bastante forte, centralizada, dotada de burocracia e estrutura administrativa apta à dominação. A esta não interessava que a nobreza forjasse para si uma base econômica independente dela e, por isso distribuía lugares na burocracia estatal e na igreja. Além da nobreza, também a burguesia ascendente ambicionava obter tais prebendas da monarquia, entregando-se a um processo de verdadeira “aristocratização” (MOORE JR., 1983).

Moore Jr. (1983) afirma que, exatamente por essa situação, evidencia-se na época uma nobreza atrelada aos destinos da monarquia e da estrutura feudal de privilégios que a sustentava. Mas também destaca a forte presença de um campesinato cada vez mais oprimido pelas obrigações feudais para com a monarquia e a nobreza.

Em conjunto, esses fatores contribuíram para que a revolução francesa varresse toda essa antiga ordem de privilégios, pondo um fim à própria aristocracia enquanto classe. Em 1789, elementos da burguesia (moderados e radicais), apoiados nas massas de camponeses, trabalhadores urbanos e pequenos proprietários (artesãos, lojistas e

comerciantes), despojam a monarquia de seus poderes e dão início ao processo de superação da antiga ordem¹⁰ (HOBBSAWN, 2005).

Enquanto a França realizava a sua própria revolução burguesa a fim de varrer os últimos empecilhos feudais ao pleno desenvolvimento capitalista, a Inglaterra, que já fizera sua revolução no século anterior, se fazia pioneira na chamada revolução industrial. Segundo Hobsbawn (2005), é no período entre 1780-1800, um pouco antes da revolução francesa, que a revolução industrial tem o seu *boom* na Inglaterra. Isso ajuda a compreender o relativo atraso no desenvolvimento do capitalismo francês em relação à situação da Inglaterra.

Nesse sentido, quando Fourier e Owen escrevem, na primeira metade do século XIX, os desníveis entre as forças produtivas de um e outro país, encontram-se já bastante pronunciados¹¹.

Em meados do século XVI até os trinta últimos anos do século XVIII, a forma precursora característica do sistema capitalista era a manufatura. A França amargava um atraso em relação à revolução industrial. Daí decorre a parcial conclusão de que, além de um campesinato forte, a França, nas primeiras décadas do século XIX, diferente da Inglaterra, que dá origem a suas primeiras indústrias mecanizadas, permanece tendo sua produção assentada no esquema da manufatura. Tal ideia vem a ser explicitamente colocada pelo próprio Abendroth quando escreve:

O incremento industrial da França, que se iniciou sob a proteção da política aduaneira do reinado burguês, evidenciava, de forma crassa, a contradição entre a burguesia financeira, a burguesia industrial e o proletariado. A França até então fora um país agrário [...] Os lavradores, orgulhosos de seu papel de proprietários que deviam a grande revolução, constituíam numericamente a classe muitíssimo mais numerosa do país. A maioria dos trabalhadores ainda exercia suas atividades em empresas pequenas; faltava-lhes o espírito de luta dos quadros das grandes empresas (ABENDROTH, 1977, p. 23).

Concluindo: os fundamentos histórico-materiais da

¹⁰ É interessante registrar aqui que Hobsbawn (2005) afirma ter sido a massa de artesãos e pequenos proprietários aqueles que realmente fizeram valer a revolução, indo às ruas, construindo barricadas e atos de enfrentamento.

¹¹ A Inglaterra, em termos de níveis de industrialização *per capita*, detinha 25% da produção mundial, ao passo em que a França detinha apenas 12%, ou seja, pouco menos da metade da primeira (ABENDROTH, 1977).

autogestão social nos pensamentos de Owen e Fourier

Nas condições evidenciadas acima, vê-se o porquê os “utópicos” não poderiam ter elevado suas críticas à modernidade capitalista. Conforme a análise de Engels (1983), o socialismo das primeiras décadas do século XIX não poderia observar, com maior acuidade, as contradições inerentes ao capitalismo. Ele não havia se revelado em toda sua plenitude, fato que irá repercutir diretamente em suas propostas de reorganização da sociedade na base da autogestão social¹².

As proposições operam a substituição da luta política entre dominantes e dominados para a supressão do capitalismo, por apelos à racionalidade dos homens. Esse racionalismo dos socialistas utópicos tem a sua própria razão de ser, na medida em que, naquelas primeiras décadas do século XIX, o antagonismo entre burguesia e proletariado ainda não se encontrava tão delineado.

Por outro lado, não se pode esquecer que, segundo Hobsbawn (1987), a posição utópica de crença numa transformação radical da sociedade nos termos de Owen e Fourier poderia ser também compreendida em virtude da influência dos ideais iluministas. A crença quase que absoluta na capacidade da ciência, do conhecimento e da racionalidade humana em produzir um mundo melhor para todos deita raízes na matriz ideopolítica iluminista e nesse quadro ganham sentido as ideias dos utopistas.

Além dessas razões, a época em que os socialistas utópicos produzem seus escritos foi marcada pela contraposição e luta política entre a burguesia e setores conservadores da sociedade europeia (monarquias, proprietários de terras, igreja, exército). Momento que, de acordo com Trindade (2002), ficou conhecido como “restauração”:

Com a derrota definitiva de Napoleão em 1815 perante os exércitos da coligação antifrancesa [...] iniciavam-se quinze opressivos anos em que foram abolidos da Europa continental quase todos os vestígios de liberdade-exceto, evidentemente, a liberdade de empreendimento e de lucro. Foi o

¹² Reiteramos aqui que alguns autores, dentre eles Hobsbawn (1987), observaram muito bem que, décadas depois, sobretudo após o surgimento da obra “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, cuja autoria pertence a Friedrich Engels, os citados socialistas da primeira metade dos anos 1800 ficaram negativamente taxados como “utópicos”. Acreditava-se que suas críticas, observações e proposições sobre a modernidade capitalista fosse algo de todo fantasioso, sem valor, do ponto de vista da produção do conhecimento sobre a então nascente sociedade burguesa. Em verdade uma injustiça para com os mesmos, visto que o próprio Engels (1983) ressalta o valor dos escritos desses autores.

período conhecido como restauração. Sob a batuta da Santa Aliança (Rússia, Áustria e Prússia), monarquias reacionárias retornaram ao poder, promoveram a caça sistemática aos militantes revolucionários, colocaram a imprensa sob censura e se esforçaram por expurgar do ambiente cultural europeu aquelas ‘perigosas’ idéias de liberdade e igualdade (TRINDADE, 2002, p. 79).

Os aspectos socioeconômicos da nova sociedade autogerida formarão os fatores centrais das divergências entre Fourier e Owen. A princípio, Fourier se mostra um ferrenho crítico do autoritarismo e da coerção, conforme nos havia adiantado Teixeira (2002). Defenderá as desigualdades sob o ponto de vista socioeconômico, pois as entende como frutos das naturais desigualdades de talentos e aptidões entre os homens. Isso explicaria os critérios distributivos adotados em seu projeto de constituição dos falanstérios: trabalho, capital e talento. Para ele, esses critérios deveriam orientar a repartição dos frutos do trabalho coletivo, cabendo a maior fatia à remuneração do fator trabalho.

A repartição igualitária dos frutos do trabalho coletivo, de forma alguma estava na visão de autogestão de Fourier. Ele admitia, inclusive, a presença de capitalistas na nova sociedade, obtendo ganhos lucrativos. Por outro lado, exibia uma preocupação incessante com a questão do autoritarismo em todas as esferas da vida social, sobretudo no trabalho.

Demonstra, ainda que implicitamente, preocupação com o caráter alienado do trabalho, cada vez mais presente na indústria capitalista. Critica a divisão do trabalho, visto que aprisionava os trabalhadores em tarefas “repugnantes”, que o indivíduo gostaria de se livrar na primeira oportunidade. Defendia uma reorganização do trabalho, com vistas a transformá-lo em uma ocupação prazerosa, realizadora e variada¹³.

No que se refere à questão dos caminhos para a superação da ordem capitalista, não atribui qualquer papel de destaque à classe trabalhadora, cabendo a livre vontade a adesão ao projeto dos falanstérios, independente da classe social.

Pode-se afirmar que Fourier possuía uma proposta de sociedade autogestionária, porém ela admitia desigualdade na distribuição das riquezas socialmente produzidas. Estaria ele preocupado com a preservação da liberdade e da felicidade humana, sem,

¹³ Certamente, por conta disto, Konder (1998) deu ao seu livro o título de “Fourier. O socialismo do prazer”.

contudo, incluir nesse projeto a questão da igualdade social. Nos limites daquele tempo histórico Fourier idealiza uma *autogestão sem igualdade*.

Owen demonstra preocupações semelhantes às de Fourier, mas incorpora em seu pensamento um viés muito mais igualitário do que o francês. Considera a propriedade coletiva dos meios de produção o traço fundamental da nova ordem societária, com a repartição igualitária dos frutos do trabalho coletivo.

Mostra-se bem mais atento à questão das condições de vida e trabalho da classe operária, pois entende que a reforma social desejada seria benéfica para todos, inclusive para as classes proprietárias. Estas deveriam temer a barbárie, em virtude da possibilidade de revolta, advinda da classe operária diante das suas péssimas condições de vida (OWEN, 2002).

Na Inglaterra, os processos de expropriação e proletarização de trabalhadores que, até então, subsistiam em atividades pré-capitalistas (artesãos e pequenos produtores de mercadorias) se mostravam mais avançado do que na França. Além disso, a constituição de grandes unidades fabris, colocava em cooperação, sob a batuta do capitalista, um grande número de operários.

Como dito antes, o nível de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é uma premissa indispensável para o estabelecimento das bases do socialismo. A expansão do modo de produção capitalista conduz à socialização do trabalho, desembocando na constituição de verdadeiros “trabalhadores coletivos”. A exploração combinada de centenas de operários produz o mais-valor necessária à acumulação capitalista.

Na produção de mercadorias, tal como se havia desenvolvido na idade média, não podia surgir o problema de a quem pertencem os produtos do trabalho. O produtor individual criava-os, geralmente, com matérias-primas da sua propriedade, produzidas não raro por ele mesmo, com os seus próprios meios de trabalho e elaborados com o seu próprio trabalho manual ou da sua família [...] A propriedade dos produtos baseava-se, pois, no trabalho pessoal [...] Sobrevem a concentração dos meios de produção em grandes oficinas e manufaturas, a sua transformação em meios de produção realmente sociais. Entretanto, esses meios de produção e os seus produtos sociais foram considerados como se continuassem a ser o que eram antes: meios de produção e produtos individuais [...] o proprietário dos meios de trabalho continuava apoderando-se do produto, embora já não fosse um produto seu, mas fruto exclusivo do trabalho alheio [...] Nesta contradição, que imprime ao novo modo de produção o seu carácter capitalista, encerra-se em germe todo o conflito dos tempos atuais. E quanto mais o novo modo de produção se impõe e impera em todos os campos fundamentais da produção e em todos

os países economicamente importantes, afastando a produção individual, salvo vestígios insignificantes, maior é a evidencia com que se revela a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista. (ENGELS, 1983, pp. 58-59).

A França de Fourier encontrava-se bem atrás da Inglaterra na socialização do processo produtivo capitalista, mantendo o predomínio da produção em pequena escala. Esse traço vivo da realidade social francesa certamente refletiu no projeto de autogestão social pensado por Fourier na medida em que, diferente de Owen, o francês não contemplou em seu projeto a questão da igualdade social e da propriedade coletiva dos meios de produção¹⁴. Essa situação ajuda a explicar o anseio por liberdade e autonomia *pari passu* à resistência ao igualitarismo verificado em Fourier.

Na realidade, Owen foi capaz de incluir em suas predições sobre “o mundo novo” a questão da igualdade em razão de estar vivendo uma fase mais avançada do desenvolvimento capitalista do que Fourier.

Referencias

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BOURDET, Yvon; GUILHERME, Alain. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1977.

CHATELET, François. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COUTINHO, Carlos. *Notas sobre cidadania e modernidade*. In: *Imprensa Praia vermelha*. Estudos de política e teoria social. Vol. 1 nº 1, RJ, UFRJ/IPPG da ESS. 1997.

¹⁴ Neste ponto vale a pena lembrar que Teixeira (2002) definiu Fourier como sendo um típico representante de uma “classe média” deteriorada pelo avanço do modo de produção capitalista.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1983.

FOURIER, Charles. *O novo mundo industrial e societário*. In: TEIXEIRA, Aloísio. (Org.) *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Editora Arte Nova, 1997.

HOBBSBAWN, Eric. *Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano*. In.: HOBBSBAWN, Eric. (Org.) *História do marxismo*. 3ªed, vol 1. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HOBBSBAWN, Eric. *Os trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era das revoluções*. Europa 1789-1848, 10ª ed. 2005.

KONDER, Leandro. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl. *O Capital*. Cap. VI (inédito). Porto: Publicações Escorpião, 1977.

MARX, Karl. *O manifesto comunista* In: *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: edições Avante, 1982.

MARX, Karl. *As lutas de classes em França*. 1848-1850. In: *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: edições Avante, 1982b.

MARX, Karl. *A lei geral da acumulação capitalista*. In.: *O Capital*, vol. II. São Paulo. Nova -cultural,1985.

MOORE, Barrington Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OLIVEIRA, Fabrício. *Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura*. São Paulo: Hucitec, 2009.

OWEN, Robert. *O novo mundo moral*. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª ed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Aloísio. *Introdução*. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. Vol. 2. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

TOUCHARD, Jean. *História das idéias políticas*. Vol. V, BRAGA, Mário (trad.), Lisboa: Publ. Europa-América, 1970.

TRINDADE, José. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé. 2010.